

COM EFETIVO REDUZIDO, RESERVAS SOFREM AS AGRESSÕES

Faltam fiscais em áreas verdes do Estado

Em todo o Espírito Santo, são apenas 71 funcionários para cuidar de uma área de 47 mil hectares

ELISANGELA BELLO
ebello@redgazeta.com.br

Apesar do fogo e da seca terem tomado conta do noticiário nos últimos dias, devastando várias áreas verdes do Estado, as unidades protegidas pelos governos federal e estadual no Espírito Santo ainda sofrem com a falta de estrutura e a fiscalização falha.

Para tomar conta de mais de 47 mil hectares, existem cerca de 71 funcionários, entre servidores com funções administrativas e guardas. O que equivale a uma pessoa para mais de 660 hectares (um hectare equivale a aproximadamente um campo de futebol).

Com a falta de pessoal, as reservas sofrem constantes perdas por causa da caça de ani-

queimadas criminosas, feitas em áreas particulares.

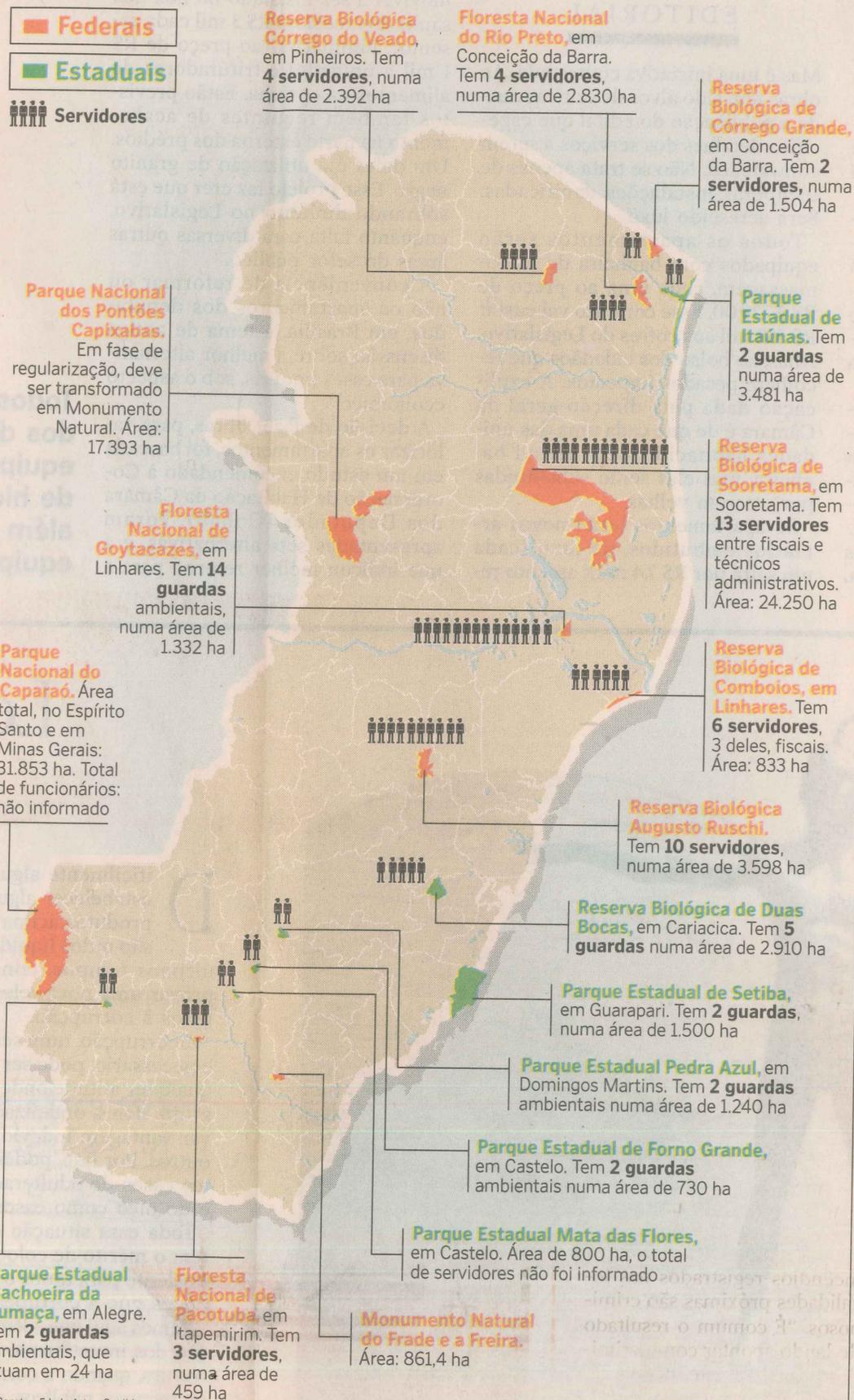
O coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Estado, José Olímpio Vargas, admite falhas na fiscalização das unidades e diz que os melhores resultados acontecem onde existem parcerias entre os governos e a iniciativa privada ou com as prefeituras.

“Temos que otimizar as ações. Em Sooretama e Goytacazes a fiscalização é quase suficiente. Isso depende se você tem a ajuda dos vizinhos. Mas estamos numa fase de transição, é um período tumultuado”, afirmou o coordenador, fazendo referência à criação recente do Instituto Chico Mendes, que será o órgão responsável pela gestão das unidades de conservação do país.

Em relação às reservas do Estado, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Seama) informou que assumiu a gestão de unidades que eram de responsabilidade do governo federal, e que está tentando dar mais estrutura às áreas com a criação

Como é a fiscalização

Confira quantos fiscais monitoram as áreas de proteção ambiental do Estado



A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

Idaf aplica 138 multas por queimadas

Segundo Instituto, produtores sabem que estão errados, mas não temem punições

De maio até o fim do mês passado, período em que é proibida a prática da queimada no Estado, foram aplicadas pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf) 138 multas. As infrações não acontecem por falta de informação entre os produtores, segundo o Instituto, mas muitos acreditam que não serão punidos.

“Alguns acham que ninguém vai ver, mas é possível identificar se o incêndio foi criminoso. Fazemos a diligência e descobrimos a origem. Mas essa é uma prática usual, uma cultura difícil de reverter”, ressaltou o diretor técnico do Idaf, José Luiz Demoner.

Em alguns casos, dependendo do dano causado pelo autor da queimada, a propriedade pode até ser embargada até que o produtor recupere as áreas danificadas. Em um dos autos de infração lavrados, foi atingida uma área de mais de 200 ha.

Para complicar, a seca deste ano tem surpreendido a produtores rurais e a técnicos pela duração. Nos últimos dias 5 e 6, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), registrou 22 focos de incêndio. Nas visitas do Idaf pelo interior também foram encontrados neste mês focos em vários outros municípios do norte.

Nos casos em que a prática criminosa de queimada é constatada, a multa é calculada por hectare queimado e ainda leva em consideração a extensão do dano e se a área é próxima ou atingiu alguma área de preservação ambiental.

BRIGADISTAS. O governo do Estado deve contratar brigadistas

Com a falta de pessoal, as reservas sofrem constantes perdas por causa da caça de animais silvestres, da extração de palmito, madeira, além das

sabibilidade do governo federal, e que está tentando dar mais estrutura às áreas com a criação de mais cargos de guardas ambientais e técnicos agrícolas.

Governo incentiva criação de reserva particular

Para estimular a preservação de outros remanescentes de Mata Atlântica que estão fora das unidades de conservação, o governo está incentivando a criação de Reservas Particulares de Preservação Natural, chamadas RPPNs. "De toda a Mata Atlântica que existia no Estado, nos restou cerca de 11%. Desse total, apenas 2,9% está protegido nas unidades de conservação. É pouco perto da importância que essas áreas têm", afirmou a se-

cretária Maria da Glória Abaurre. Para criar uma reserva como essa no Estado, tanto o Ibama quanto o lema podem vistoriar as áreas, desde que os proprietários apresentem a documentação requisitada. Hoje, existem, segundo o lema, oito reservas já criadas e cinco em processo de criação. Outras quatro propriedades sendo vistoriadas pelo Ibama e devem aumentar a lista, segundo a Associação Capixaba do Patrimônio Natural (ACPN).

Preservação graças a investimentos

Nas reservas biológicas de Sooretama e da Vale do Rio Doce, fiscalização tem dado resultados

As reservas biológicas de Sooretama e da Companhia Vale do Rio Doce, no norte do Estado, são citadas como exemplos de unidades de conservação ambiental onde a fiscalização tem alcançado bons resultados. Para o engenheiro florestal e responsável pela reserva da Vale, Renato Moraes de Jesus, o investimento nessa área é a principal garantia para manter a integridade das unidades de conservação.

"O importante é mostrar para as pessoas que tem alguém cuidando, tomando conta daquela área. É preci-

so ter gente lá para evitar fogo e caçadores. Hoje, a comunidade ajuda a proteger, mas isso é algo que se constrói todo dia, com o tempo", afirma o engenheiro.

Onze pessoas trabalham na fiscalização da área de 22 mil hectares da reserva, além de biólogos e técnicos administrativos. Em parceria com o Ibama, que possui outros guardas ambientais, é feita também a fiscalização da área vizinha, da Reserva Biológica de Sooretama.

"Já diminuí muito o número de caçadores flagrados na área. Hoje, conseguimos em Linhares, que o caçador, ao invés de ficar preso ou pagar uma multa, repare o dano causado ao meio ambiente, o que já é um avanço", explicou, acrescentando que na maioria dos casos, a caça acontece para comercialização da carne.

Áreas de uso sustentável também sem fiscalização

APA no entorno do parque César Vinha, em Setiba, não tem guardas ambientais

Além das áreas de proteção integral, o Estado possui oito áreas de uso sustentável, a maioria classificada como Área de Proteção Ambiental (APA). São locais em que é necessária a proteção dos recursos naturais, mas de forma associada às atividades humanas da mesma região. Em muitos casos, porém, essa relação amigável entre homem e natureza não se dá na prática e a exploração indiscriminada dos recursos acaba acontecendo.

É o caso da APA que fica no entorno do Parque Estadual Paulo César Vinha, em Setiba, Guarapari, que não possui guardas ambientais, apenas um vigilante que atua durante o dia. "É difícil conter a extração de areia no local. Não dá para saber se isso acontece de madrugada, por exemplo", diz a coordenadora do Grupo de Áreas Protegidas da Gerência de Recursos Naturais do Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema), Rita de Souza Mendes Pereira.

As Apas de Nova Venécia e de Goiapaba-Açu, em Fundão, também sofrem impactos, mas por estarem muito próximas a áreas urbanas.

A coordenadora explica que o Iema recebeu cinco unida-

des de conservação que estavam sob a administração do Idaf em julho deste ano, o que requer a contratação de mais funcionários. "Estamos fazendo concurso, mas num curto espaço de tempo essas áreas aumentaram muito", afirmou.

Além das APAs, o Estado ainda possui uma ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico), em Ibirapu, criada em função das espécies raras de orquídeas do local. A principal diferença entre as unidades de uso sustentável e as de Proteção Integral é o nível de restrições. Nos parques, por exemplo, visitas são permitidas, e ações de educação ambiental. As unidades de maior restrição são as reservas e estações biológicas.

UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL DO ESTADO

■ **APA Conceição da Barra.** Foi criada em 1998 e tem 7.728 ha. Possui espécies ameaçadas de extinção como a onça-parda, o gato-dormido e o borê

■ **APA Pedra do Elefante, em Nova Venécia.** Criada em 2001, tem 2.562 ha que incluem comunidades rurais integradas ao ecossistema. A Pedra é considerada o cartão postal do município e na área também existem espécies raras, ameaçadas de extinção

■ **APA de Goiapaba-Açu, em Fundão e Santa Teresa.** Criada em 1994, tem 3.740 ha e circunda o Parque Natural Municipal do Goiapaba-Açu,

que tem trilhas, mirante natural e restaurante. Foram registradas no local 133 espécies de aves, sendo duas já ameaçadas de extinção

■ **APA de Praia Mole, na Serra.** Criada em 1994, possui 400 ha de área onde há remanescentes de Mata Atlântica

■ **APA de Setiba, em Guarapari.** Fica no entorno do Parque Estadual Paulo César Vinha e foi criada em 1998, abrangendo uma área de 12.960 ha. Conta com o arquipélago das Três Ilhas, rico em fauna marinha

■ **APA Guanandy, em Piúma, Itapemirim e Marataízes.**

Criada em 1994, tem 5.242 ha e conta com o Monte Aghá, que permite avistar das ilhas costeiras até o Vale do Orobó

■ **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra, em Guarapari (RDS).** Instituída neste ano nesta classificação. Antes, havia sido criada como estação ecológica em 2003. Tem 953 ha e protege manguezais do estuário da baía de Guarapari

■ **ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico Morro da Vargem, em Ibirapu.** Criada em 2005, tem 573 ha. Abriga além de 18 propriedades particulares, o Mosteiro Zen Budista

BRIGADISTAS. O governo do Estado deve contratar brigadistas para atuar nas unidades de conservação estaduais, como já acontece com as federais. O Ibama contrata e treina pessoas para atuar como brigadistas durante o período da seca.

ÚLTIMOS INCÊNDIOS

■ **31 de outubro.** Uma queimada provocada por um produtor rural no município de Marilândia, Norte do Estado, provocou um incêndio que atingiu 30 ha, incluindo áreas de preservação permanente e de reserva legal

■ **30 de outubro.** A Reserva Biológica de Sooretama também foi ameaçada por um incêndio em uma propriedade de Barra Seca, município de Jaguaré, localizada a cerca de dois quilômetros dos limites da unidade de conservação. O fogo foi apagado pelos brigadistas da reserva

■ **29 de outubro.** Uma área no Parque Estadual de Itaúnas, com o tamanho aproximado de 50 campos de futebol, foi queimada por um incêndio, que teria sido iniciado por um morador que tentava limpar um terreno

■ **31 de julho.** Outro incêndio foi registrado na na área da Florestal Nacional de Goytacazes, em Linhares. Doze hectares de vegetação foram queimados. O incêndio começou às margens da estrada de acesso à localidade de Jataipeba

■ **10 de julho.** Um incêndio atingiu mais de 30 km² da Reserva Municipal de Jacarenema, em Vila Velha